



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

30/11/2015

INDICE

1. JORNAL PEQUENO	
1.1. ASSESSORIA.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Papel irrelevante

O efetivo combate ao crime não tem ocupado espaço de prioridade na pauta do Poder Legislativo no Brasil, onde apenas 7% dos projetos tratam do tema. Enquanto a cada 10 minutos uma pessoa é assassinada no país, a produção legislativa na área criminal fica aquém da urgência do setor.

É preocupante a inoperância do Poder Legislativo na produção de leis que poderiam ser úteis à sociedade e à moralização do país. Falta aos parlamentares uma percepção real do papel que exercem como membros de um Poder constituído da República brasileira.

Enquanto deixa de legislar matérias importantes para a sociedade, o Parlamento se perde em escândalos políticos e nas intermináveis CPIs convocadas para investigar falcatruas.

Os parlamentares – cujo papel é produzir leis relevantes para a organização política, social, cultural e econômica do país – se comportam como se fossem imunes a elas, encontrando proteção no corporativismo ainda muito presente nas casas legislativas brasileiras, tanto no âmbito federal como nas esferas estadual e municipal.

Nos projetos que despertam o interesse da população, os parlamentares sempre “jogam para a plateia”, ou seja, não se recusam a votar, mas não aprovam e também não rejeitam, aplicando manobras políticas que deixam a população no limbo deliberativo.

É muito pequeno o número de projetos relacionados aos crimes de colarinho branco, o que não deixa de ser um forte indicativo de que os parlamentares não legislam para crimes cometidos pela elite econômica. Os projetos da área criminal são apresentados somente em início de legislatura, em períodos de cominação nacional ou quando um fato atinge diretamente a elite brasileira.

Há um enorme abismo entre o discurso e a apresentação dos projetos. A corrupção é pouco discutida, embora esteja muito presente na seara política. O número de casos de corrupção nas últimas legislaturas foi significativo e se repete sistematicamente, colocando a imagem do Legislativo em descrédito perante a população.

Os projetos, em sua maioria, tratam a questão criminal de forma superficial, sentindo-se a falta de propostas estruturantes, mais profundas, que representem mudanças concretas.

Soma-se negativamente para isso a hegemonia do Poder Executivo no processo legislativo. É o Executivo que determina o que o deve ser votado e aprovado, prevalecendo sempre o jogo de interesses.

Não bastassem as agendas equivocadas e as pautas irrelevantes para a sociedade, a inconstitucionalidade ronda as leis produzidas pelos parlamentares. Oito em cada dez normas estaduais ou federais do país submetidas ao crivo do Supremo Tribunal Federal (STF) são julgadas inconstitucionais.

Enquanto em toda a história dos Estados Unidos apenas 35 leis não estão em vigor por conta de vícios na sua elaboração, no Brasil o índice de inconstitucionalidade de normas editadas nas casas legislativas brasileiras chega ao percentual de 90%.

É necessário que o Poder Legislativo reencontre o seu caminho e recupere o seu protagonismo na produção de leis em harmonia com os interesses da sociedade, que sempre que se sentir prejudicada em seus direitos deve interferir, cobrando e fiscalizando seus representantes políticos.

Exame de Ordem

O Exame de Ordem é imprescindível tanto para garantir maior segurança aos profissionais quanto para a sociedade, que, ao recorrer aos advogados, saberá que está contratando alguém preparado para fazer valer o seu direito.

Prestação de contas

Os municípios do Maranhão são os campeões de irregularidades na prestação de contas e na aplicação de recursos federais com dezenas de condenações contra prefeitos e ex-prefeitos.

Carga Tributária

A carga tributária no Brasil é o dobro da dos países emergentes. Se considerarmos que a carga tributária nominal é de 38% e que há uma sonegação de 40%, quem paga imposto está suportando uma carga real de 50%.

Moeda de troca

O MEC está usando o poder de autorizar novos cursos de Direito “como moeda de troca política”. As autorizações não atendem a critérios científicos e educacionais. É visível a crescente utilização política das faculdades particulares de Direito com fins eleitorais.

A classe política – que antes buscava criar curras eleitorais por

meio do sistema de comunicação – utiliza hoje uma nova forma de curral eleitoral, mediocrizando a qualidade do ensino jurídico do País.

Delinquência

Os escândalos de corrupção cometidos por agentes públicos de alta graduação nos últimos anos mostra uma conjuntura geral de delinquência no País, que transborda dos gabinetes para as ruas, deixando o cidadão de bem em permanente estado de sobressalto e perplexidade.

Cobrança

As empresas jornalísticas brasileiras insistem em cobrar dos sites de busca, como o Google, uma parte dos lucros que eles faturam disponibilizando o conteúdo dos jornais. Para as empresas jornalísticas, os sites apropriam-se indevidamente das notícias e reportagens que os jornais pagam caro para produzir.

Multa de trânsito
Os “pardais eletrônicos” são utilizados para registrar a ocorrência da infração de trânsito. O auto de infração deve ser lavrado pelo agente de trânsito. Ou seja, a infração deve ser comprovada por declaração da autoridade de trânsito ou, ainda, quando não for possível a autuação em flagrante.

Desembargadora Cleonice Freire assume a vice- presidência da Andes

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, assumiu a vice-presidência da Associação Nacional dos Desembargadores (Andes), para o triênio 2015-2018.

A desembargadora recebeu o cargo do desembargador Bartolomeu Bueno, presidente eleito da Andes, em solenidade de posse realizada na sede da entidade, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), na última sexta-feira (27).